

1 ATA DA 54ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, em ambiente web,
4 por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:
6 **representantes da sociedade civil:** Fabrício Bogas Gastaldi representante titular
7 (Acontece Arte e Política LGBT+), Ana Ludvig, representante titular (Centro de
8 Direitos Humanos de Brusque), Rafaela Kohler representante suplente (Centro de
9 Direitos Humanos de Brusque), Maria Del Carmen, representante titular (Instituto
10 Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-
11 UFSC), Maria Lúcia Haygert, representante suplente (Instituto Memória e Direitos
12 Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Ricardo
13 Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores -CUT-SC),
14 Isadora Conversano, representante titular (Cáritas Brasileira), Nasser Haidar
15 Barbosa representante titular (CDH Maria da Graça Braz), Celina Rinaldi,
16 representante titular (Instituto Gentes de Direitos – IGENDES), Lucilene Binsfeld,
17 representante titular (Central Única dos Trabalhadores – CUT-SC) e
18 **representantes governamentais:** Maicon de Medeiros (Secretaria de Estado do
19 Desenvolvimento Social – SDS), Alexandre Badotti (Secretaria da Casa Civil –
20 SCC), Maria Benedita da Silva Prim (Secretaria de Estado da Educação – SED),
21 Fernanda Zimmerman (Secretaria de Estado da Educação – SED), Luciano
22 Carmo (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF), Fabiana Lopes Ribeiro
23 (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE),
24 Ludmila Malta (Secretaria de Estado da Saúde – SES), Josiane Melo da Rosa
25 (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), e
26 **como convidados (as):** a senhora **Maria Helena** que sucederá a atual
27 representante suplente da **Acontece Arte e Política LGBTI+**, o **delegado Luís**
28 **Felipe Fuentes** (6ª Delegacia de Polícia da Capital) que substituirá a atual
29 conselheira titular Carolina Surita representando a **Secretaria de Estado da**
30 **Segurança Pública – SSP**, a ex-conselheira **Erli Camargo (FMM)** e o senhor
31 **Paulo Carbonari membro da coordenação do Movimento Nacional de**
32 **Direitos Humanos (MNDH)**. A **plenária é aberta (1)** pelo presidente Fabrício
33 Gastaldi (Acontece) que cumprimentou a todos (as) e explicou que, em
34 comemoração ao dia internacional dos Direitos Humanos, o CEDH decidiu
35 convidar o professor Paulo César Carbonari, doutor em Filosofia, professor
36 universitário, educador popular em Direitos Humanos e membro da coordenação
37 do Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH para dialogar acerca dos
38 *desafios e a importância de ser conselheiro em Direitos Humanos nos dias atuais*
39 **ponto (2)**. Fabrício (Acontece) passou a palavra para o senhor Paulo Carbonari
40 (MNDH) que cumprimentou a todos (as) e expressou todo seu contentamento em
41 estar participando desta reunião. O convidado comentou que no dia 10 de
42 dezembro, o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul
43 (CEDH-RS) promoverá momento reflexivo e de aprofundamento do tema. O
44 professor Paulo Carbonari (MNDH) introduziu seu relato expondo as contínuas
45 dificuldades para se *“falar em Direitos Humanos”*, porém, salientou que no atual
46 momento essas dificuldades se acentuaram ainda mais. Quanto à ação dos
47 Conselhos e nos Conselhos, em especial os Conselhos de Direitos Humanos, o
48 convidado descreveu-os como espaços de resistência, e luta, considerando ainda
49 a *“sensação de se começar todo dia, explicando o elementar: que todos são*
50 *sujeitos (as) de direitos”*. O professor Paulo Carbonari (MNDH) reiterou sua fala
51 anterior denominando os tempos atuais como de: resistência, ação, organização e
52 busca de condições para que os espaços de Direitos Humanos sejam
53 fortalecidos. O convidado citou a Resolução para fortalecimento dos Conselhos

54 criada pela Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, composta pelos
55 Conselhos Estaduais de Direitos Humanos mais o Conselho Nacional de Direitos
56 Humanos (CNDH). O professor Carbonari (MNDH) expressou seu
57 descontentamento com a fala do Ministro da Saúde em Coletiva, onde o mesmo
58 teria dito que *“às vezes é melhor perder a vida do que perder a liberdade”* e,
59 mencionou não ser possível escolher entre um ou outro, uma vez que ambos
60 teriam o mesmo grau de importância. O convidado citou 3(três) características
61 que *não* devem definir os Conselhos: 1) o Conselho não representa um Fórum ou
62 articulação da Sociedade Civil, mas sim um espaço público, onde participam
63 diversos “atores”, 2) o Conselho não representa um apêndice do gestor público
64 para legitimar suas decisões políticas de governo e, por fim, 3) o Conselho não
65 representa um espaço único de inviabilização da diversidade, ou das diferentes
66 posições que se tem de direitos humanos, segundo Carbonari, o Conselho
67 representa um espaço de pluralidade. O convidado mencionou ser *desejável* que
68 os Conselhos tenham um posicionamento público sobre a situação de Direitos
69 Humanos e dos sujeitos de direitos, ressaltando ser um espaço para formular
70 sugestões, recomendações, para que os compromissos com os Direitos Humanos
71 que a sociedade brasileira assumiu, citou a Constituição Federal e os Tratados
72 Internacionais acordados (Conferência Mundial de Viena, 1993) sejam efetivados
73 e, por fim, lembrou que os Conselhos seriam espaços de denúncias de violações.
74 Carbonari (MNDH) apontou as denúncias como ferramenta de extrema
75 relevância, citou o filósofo latino-americano, Enrique Dussel que diz: *“os Direitos*
76 *Humanos nascem primeiro dos sem direitos”*. O convidado complementou sua
77 narrativa dizendo que os Conselhos devem cumprir seu papel de controle social
78 para que seja possível a realização dos Direitos Humanos e essa seja feita de
79 forma adequada. Carbonari (MNDH) explicou que para melhor realizar todas as
80 suas ações/atividades e divulgá-las, deveriam ser dadas condições suficientes
81 para que o Conselho possa agir com maior autonomia operacional, administrativa
82 e financeira. A seu ver, Carbonari (MNDH) avalia como fundamental para atuação
83 dos Conselhos, em *primeiro lugar*, compreender Direitos Humanos de forma
84 contemporânea, consolidada pela 2ª Conferência Mundial de Direitos Humanos
85 que diz que os direitos são universais. O convidado chama atenção para *“não*
86 *confundi-los com ferramentas coloniais para submeter povos/nações a certos*
87 *interesses hegemônicos”*, e sim, com significado de igualdade de direitos a todos
88 (as), independentemente de onde estejam e quem sejam, Carbonari (MNDH)
89 salientou ainda que os Direitos Humanos, não podem ser utilizados como
90 instrumentos de opressão cultural, ou, de exclusão. Explicou que os Direitos
91 Humanos são indivisíveis e interdependentes, ou seja, a realização de uns implica
92 na realização de outros. A *segunda orientação* do convidado seria desenvolver
93 atuação complexa/integral, ou seja, os Direitos Humanos precisam ser
94 promovidos, protegidos, garantidos e reparados. *“Promoção no sentido pleno,*
95 *proteção quando há algum risco ou ameaça e a reparação quando já ocorreu a*
96 *violação e precisa ser reparada.”* Porém, Carbonari (MNDH) esclareceu que não
97 tem como separar nenhum desses, um implica no outro. O convidado comentou
98 que o país tem dificuldades em reparar, reconhecer suas violações. A *terceira e*
99 *última orientação* foi quanto à *progressividade* e, portanto a proibição do
100 retrocesso e a *não discriminação*, destacando esses como os dois princípios
101 fundamentais para os Direitos Humanos. Carbonari (MNDH) citou o filósofo
102 Norberto Bobbio: *“os Direitos Humanos não acontecem de uma só vez e nem são*
103 *para sempre”*, e; complementou dizendo que os Direitos Humanos são sempre
104 um processo, uma luta e a regressividade em Direitos Humanos é sinônimo de
105 violação. Quanto a não discriminação, Carbonari, destacou ser a expressão forte
106 do que é igualdade, universalidade, sendo inaceitável qualquer razão para que
107 uma pessoa não tenha seus direitos atendidos/protegidos. Por fim, Carbonari
108 (MNDH) mencionou que se deve ter uma clara compreensão das

109 responsabilidades em Direitos Humanos. O convidado citou como responsáveis
110 pelos D.H.: *Todos*, uma vez que a cada direitos corresponde um dever, uma
111 responsabilidade, *o estado*, como “*expressão pública do que é comum*”, as
112 *empresas privadas*, mencionou a luta com estas a fim de que sejam respeitados
113 os Direitos Humanos e as Organizações da Sociedade Civil que tem a função de
114 apontar sempre quando houver uma tentativa ou violação em Direitos Humanos. O
115 presidente agradeceu a participação do senhor Paulo Carbonari (MNDH) e a
116 articulação da ex-conselheira e convidada Erli Camargo (FMM) para que desta
117 forma se consiga avançar nesta pauta. Em seguida indagou a Secretária do
118 conselho se havia quórum, **levantamento do quórum (3)**. A Secretaria afirmou
119 ter quórum. Fabrício (Acontece) fez a **leitura da ordem do dia(4)** para aprovação
120 e/ou considerações, sendo **aprovada por unanimidade**. Na sequência, o
121 presidente perguntou a Secretária acerca das **justificativas de ausências (5)**. A
122 secretária mencionou a justificativa do conselheiro Cláudio Gama (SCC) e
123 apresentou ao pleno os novos conselheiros: senhor Alexandre Badotti (SCC) e
124 senhor Maicon de Medeiros (SDS). Com relação a **devolutivas da última**
125 **plenária (6)**, Fabrício (Acontece) fez uma **síntese dos encaminhamentos**, que
126 ficaram listados na seguinte forma: **1)** Nota de Apoio a senhora Dalila Pedrini; **2)**
127 Nota de Apoio às Defensorias Públicas aos ataques sofridos pelas instituições; **3)**
128 Pedido de reunião conjunta com o Conselho Estadual de Saúde para tratar sobre
129 o tema: sequelas da COVID-19 e a responsabilidade do estado, aguardando
130 retorno; **4)** Reforçado pedido de reunião com as Centrais Elétricas de Santa
131 Catarina (CELESC) para tratar dos cortes de energia nas comunidades de baixa
132 renda, Fabrício (Acontece) relatou que recebeu ligação de assessoria da
133 presidência, e classificou a conversa como difícil porém ficaram de dar retorno
134 sobre a data da reunião, que segundo o presidente, provavelmente ficaria para o
135 próximo ano, **5)** Reunião com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e
136 Adolescente (CEDCA) e passou a palavra para o conselheiro Ricardo Maes
137 (CUT). O conselheiro informou que na reunião estavam presentes a coordenadora
138 do CEDCA e mais um representante do referido conselho, ficando deliberado a
139 solicitação de reunião com o deputado Júlio Garcia (ALESC) que na época estava
140 como relator na Comissão de Trabalho e Serviço Público, porém no dia seguinte a
141 reunião o projeto foi aprovado e retornando a Comissão de Constituição e Justiça
142 (CCJ) estando a relatoria com o deputado Milton Hobus. Ricardo Maes (CUT-SC)
143 comentou que estava há 2 (duas) semanas tentando agendar reunião com o
144 gabinete do supracitado deputado, porém ainda sem retorno, **6)** Recomendação
145 do Conselho pedindo reabertura dos Centros de Referência aos Imigrantes
146 (CRAIs) ao governo do estado, aguardando resposta, **7)** Pedido de reunião
147 conjunta para tratar sobre o fechamento do Centro Universitário de São José,
148 aguardando resposta, **8)** Pedido de reunião com o governo do estado para
149 apresentar a nova composição do Conselho e suas demandas. Por fim, o
150 presidente apresentou as 2 (duas) pendências: **1)** Pensar numa Campanha contra
151 a violência sexual contra crianças e adolescentes e **2)** Reencaminhar ofício
152 acerca da denúncia no presídio de Caçador. A Secretária do Conselho disse que
153 a defensora Ana Paula Fischer havia informado que a defensoria irá judicializar o
154 caso em questão e, não mais participaria da supracitada reunião. Manuela
155 (Secretária) comunicou a substituição da conselheira titular da Secretaria de
156 Estado da Segurança Pública (SSP), delegada Carolina Surita pelo delegado Luís
157 Felipe Fuentes. O próximo ponto de pauta que seria a **aprovação da Ata da 53ª**
158 **plenária (7)**, ficou pendente de aprovação para a próxima reunião ordinária do
159 Conselho. O presidente lembrou da **aprovação do Calendário das plenárias**
160 **para o ano de 2022** e indagou ao pleno se todos estariam de acordo em manter
161 as reuniões nas segundas quintas-feiras de cada mês. Após manifestações no
162 chat, ficou aprovado o calendário para 2022, mantidas as datas coincidentes com
163 as segundas quintas-feiras de cada mês. A conselheira Lucilene (CUT-SC) se

164 manifestou favorável as datas das plenárias e sugeriu ser feita uma cobrança
165 maior a CELESC em relação aos cortes de energia elétrica. A partir disso, o
166 presidente propôs ser encaminhada uma recomendação que foi acolhida pelo
167 pleno. Na sequência foi iniciado o **ponto (8) continuação das apresentações**
168 **dos Planos de Trabalhos das Comissões**. O presidente comentou acerca das
169 dificuldades em se reunir as Comissões de Comunicação, LGBT e Monitoramento
170 devido as demandas que iam surgindo ao longo do semestre, porém, Fabrício
171 (Acontece) fez um apelo para que no próximo ano as Comissões possam se
172 reunir e organizar seus Planos de Trabalho assim como tabular todas as ações
173 que vão desenvolvendo. A secretária do Conselho pediu a palavra para expor ao
174 pleno a sua preocupação em relação ao não funcionamento da Comissão de
175 Monitoramento de Violações em Direitos Humanos uma vez que as denúncias
176 chegam ao conhecimento do Conselho e as pessoas ficam à espera de um
177 retorno. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH) comentou que apesar da Comissão
178 de Políticas Públicas e Formação estar funcionando e se reunindo, nem todos que
179 o compõem estão participando e, reiterou pedido para que todos os membros da
180 Comissão participem. A conselheira relatou que na última reunião ficou decidido
181 dividir os encontros das Mesorregiões, porém ficou faltando integrante para a
182 tarefa, com vistas a Conferência prevista para o próximo ano. A partir deste relato,
183 o presidente solicitou que todos se programem para participar das reuniões das
184 Comissões no próximo ano. Com relação a preocupação exposta pela Secretária,
185 o presidente adentrou no **ponto (9) da pauta que trata da reunião com a**
186 **Ouvidoria-Geral do Estado (OGE)**, e relatou que o estado estava confuso sobre
187 como trabalhar com as demandas que chegam do disque 100. Fabrício Gastaldi
188 (Acontece) argumentou que o Conselho não tem papel investigativo, porém tem a
189 responsabilidade de monitorar e acompanhar as denúncias, além de exigir do
190 estado que seja cumprido seu papel. O presidente pediu para que a Secretária
191 acrescentasse a lista de demandas, cobrar em janeiro do próximo ano que as
192 Comissões se reúnam. A palavra foi aberta para mais alguma consideração a ser
193 feita quanto às Comissões. A secretária do Conselho pediu a palavra para
194 informar que em relação a Conferência prevista para o próximo ano, a gerente
195 Fabiana de Souza (SDS) havia encaminhado documento a Gerência de
196 Planejamento e Avaliação solicitando algumas orientações sobre esse período
197 que antecede o evento, como por exemplo, se há dotação orçamentária. O
198 conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria de Graça Braz) relatou estar
199 sobrecarregado, participando além do Conselho, de 2 (duas) Comissões, somado
200 ainda aos seus trabalhos profissionais, e; conseqüentemente não conseguiria dar
201 efetividade às demandas vindas do grupo da rede nacional do Conselho Nacional
202 de Direitos Humanos. A partir dos argumentos apresentados, o conselheiro pediu
203 a sua substituição. Fabrício Gastaldi (Acontece) abriu para manifestações, como
204 não houve, o próprio presidente se colocou à disposição para estar participando.
205 O presidente comunicou que na próxima semana as Comissões seriam
206 convocadas para reunião emergencial. Dando prosseguimento a reunião, foi
207 iniciado o **ponto 9 da pauta que trata da reunião com a Ouvidoria-Geral do**
208 **Estado (OGE), Secretaria de Desenvolvimento Social, Diretoria de Direitos**
209 **Humanos e Conselho Estadual de Direitos Humanos**. Fabrício Gastaldi
210 (Acontece) lembrou que esta reunião foi marcada pela própria OGE vinda de uma
211 demanda deste Conselho Estadual para entender o fluxo do disque 100. O
212 presidente relatou que estavam presentes na reunião: a Ouvidora-Geral do
213 Estado, o próprio Fabrício (Acontece) e o senhor Gustavo Gallo (SDS). O
214 presidente disse que existe uma dificuldade grande por parte do Ministério da
215 Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) que tem o controle do disque 100
216 em suas demandas para o estado de Santa Catarina. Continuou seu relato
217 explicando que as denúncias são encaminhadas para a Ouvidoria-Geral do
218 Estado, para outras ouvidorias e para os Conselhos Tutelares, gerando desta

219 forma problemas de notificação duplicada, não havendo controle desses dados no
220 estado. A OGE planilha no sistema as demandas recebidas e as envia para as
221 ouvidorias específicas, no caso da SDS, chegando as denúncias na ouvidoria
222 essas são reencaminhadas à Diretoria de Direitos Humanos (DIDH) que por sua
223 vez, faz o encaminhamento para quem tenha competência na área demandada. O
224 presidente expôs que o diálogo com a Ouvidoria-Geral do estado teve como foco
225 simplificar o fluxo das denúncias de forma que as informações não sejam
226 duplicadas. Fabrício Gastaldi (Acontece) disse que perguntou a Ouvidora-Geral
227 do Estado se existia um controle (histórico) no estado referente as denúncias por
228 segmentos, com levantamento de índices e a ouvidora respondeu que não era
229 feito esse controle. Com isso, o presidente afirmou não ser possível desenvolver
230 Políticas Públicas pois não se consegue identificar quais as maiores demandas e
231 segmentos com maior fragilidade no estado. Fabrício informou naquela reunião
232 que levaria o assunto ao conhecimento do pleno e posteriormente solicitaria nova
233 reunião com a presença da DIDH e algum representante de Brasília, uma vez que
234 este novo fluxo teria que ser pensado em conjunto com o Ministério da Mulher,
235 Família e Direitos Humanos (MMFDH) que é a articuladora do disque 100. O
236 conselheiro Maicon de Medeiros (SDS) relatou que a gerência de Políticas para
237 Pessoas com Deficiência e Idosos (GEPDI) a qual atualmente é gerente, fez
238 várias tentativa de contato com a Ouvidoria Nacional deste Setembro do ano
239 corrente porque além deste problema da duplicidade que impossibilita o
240 cruzamento de dados e o planejamento de Políticas Públicas, outro ponto
241 apresentado pelo conselheiro, foi quanto a equipe da GEPDI ter constatado por
242 meio do site da Ouvidoria que o número de denúncias nos relatórios do disque
243 180 e disque 100 seria maior do que o número de violências que chegariam até a
244 SDS. O conselheiro disse que a pergunta que se quer fazer é: para onde essas
245 denúncias são encaminhadas e se existe um relatório nacional. A conselheira
246 Maria Lúcia Haygert (IMDH) sugeriu que alguma Comissão ou fosse criado um
247 Grupo de Trabalho dentro do CEDH para criação de fluxo a ser apresentado
248 nessa reunião prevista com pedido de auxílio do conselheiro Maicon (SDS). Por
249 fim, foi introduzido o **ponto (10) da pauta, informes gerais**. O conselheiro
250 Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) comentou acerca do projeto
251 “*Sementes de proteção*”, de escopo nacional o qual o CDH Maria da Graça Braz
252 faz parte e tem como foco discutir e atuar na proteção de defensores (as) de
253 Direitos Humanos a convidou a todos(as) a participarem no dia 10 de dezembro
254 às 19h da primeira oficina aberta para falar sobre o primeiro ano do projeto. Na
255 sequência a conselheira Maria Del Carmen (IMDH) informou sobre o lançamento
256 do documentário acerca da morte do reitor da Universidade Federal de Santa
257 Catarina (UFSC), Cancelier, no dia 13 e; salientou que este fato foi esquecido,
258 porém não o deveria ser, pois se tratava de uma violação profunda dos direitos da
259 pessoa, ao princípio da inocência da pessoa. Nada mais havendo a tratar,
260 Fabrício (Acontece) agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a
261 reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e
262 juntamente com Fabrício, presidente do CEDH/SC assinamos.